

CASARIO MUNICÍPIO COMPLETA 5 ANOS DE TOMBAMENTO

Muqui tenta confirmar vocação turística

O desafio é transformar potencial em produto capaz de revitalizar a economia local

ROSÂNGELA VENTURI
rventuri@redgazeta.com.br

MUQUI. Depois de um período de riqueza, cujo auge foram as três primeiras décadas do século XX, o município de Muqui amargou um longo tempo de estagnação econômica.

As marcas da época de pujança, sustentada pela atividade cafeeira, podem ser reconhecidas nas fachadas requintadas de um casario ainda bem conservado.

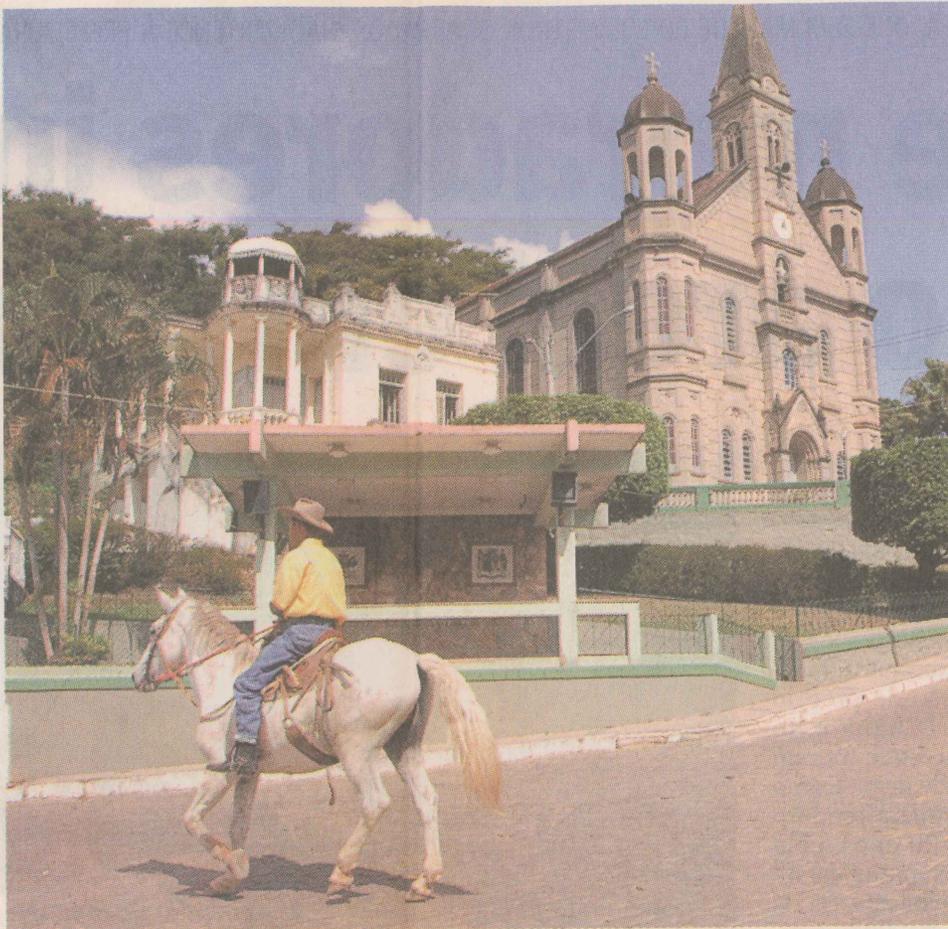
Em 2000, muitas daquelas construções foram tombadas.

Muqui experimentou então a perspectiva de um novo ciclo de prosperidade com foco no turismo. O principal desafio tem sido transformar o potencial turístico, traduzido no casario singular, nas belezas naturais e na riqueza do folclore em produto capaz de revitalizar a economia.

Vocação. Decorridos cinco anos, o município ainda enfrenta dificuldades para potencializar a nova vocação e garantir a preservação do patrimônio histórico. Entre os moradores a avaliação geral é de que houve avanços, mas ainda há muito por fazer.

Fora o carnaval cuja principal atração são os blocos de Bois Pintadinhos e o encontro anual de Folias de Reis, programado para o próximo dia 17, ainda não há um fluxo intenso de visitação. Surgiram novos empreendimentos,

PRESERVAÇÃO. As marcas da época de prosperidade, com a atividade cafeeira, podem ser reconhecidas nas fachadas requintadas do casario ainda bem conservado. FOTOS: GILDO LOYOLA



principalmente na área de hospedagem e de agroindústrias, mas o impacto geral na economia ainda é tímido.

A agropecuária continua sendo a base econômica da cidade de pouco mais de 13 mil habitantes. Para o comerciante João Nunes, 61, o tombamento ajudou a divulgar o município, mas congelou a possibilidade de expansão na área central.

“A legislação deve ser revista. E a cidade precisa melhorar a infra-estrutura. Quem vem a Muqui reclama das estradas. Muitos nem voltam”.

Carla Nunes, gerente de hotel, se mostra otimista com a vocação turística e destaca a inclusão de Muqui na Rota dos Vales e do Café, lançada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Turismo. Contudo, defende mais investimen-

tos na melhoria dos serviços urbanos como sinalização, coleta de lixo e iluminação.

Para o presidente da Associação Comercial, João Morgado, há Muqui antes e depois do tombamento. “A nossa auto-estima foi resgatada. Enxergávamos uma cidade velha, mas hoje vemos Muqui como uma cidade histórica”.

Entretanto, aponta como gargalos a superar as péssimas condições das estradas de acesso e a falta de um Código de Obras para disciplinar novas construções.

“Muqui precisa definir uma nova vocação econômica. Esse desafio deve ser abraçado tanto pelo Poder Público como pela sociedade. Não se muda uma realidade de 100 anos de uma hora para a outra”, reage o prefeito José Paulo Viçosi.

■ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento pode ser feito pela União, pelo Governo estadual ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal.

Tombamento estadual é alternativa para conservação

Joelma Consuelo, secretária de Turismo de Muqui, diz que o tombamento municipal foi um primeiro passo com a intenção de deter a perda de edificações que vinha se acentuando até o final da década de 1990.

Ela defende a conclusão do processo em nível estadual como alternativa para assegurar a preservação efetiva e viabilizar a sustentabilidade do patrimônio.

“O que precisa ser feito é o tombamento estadual, como reconhecimento da importância histórica de Muqui para o Espírito Santo, sob pena de se perder o trabalho já realizado até agora”.

Segundo Joelma, nesses cinco anos o município procurou fortalecer o Conselho de Cultura local e fomentar o turismo por meio da revitalização do sítio histórico, da valorização das manifestações folclóricas e de eventos como o carnaval e o encontro de Folias de Reis.

“Muqui não recebe dinheiro porque para o tombamento municipal não há amparo em termos de financiamento”.

A secretária estadual de Cultura, Neusa Mendes, disse que a importância de Muqui já tem reconhecimento e que o tombamento estadual deverá acontecer, mas não precisou prazo.

Mendes disse que a conclusão do processo depende da reformulação do Conselho Estadual de Cultura, cujo anteprojeto deve ser aprovado até o fim do ano. Enquanto isso, Muqui deve desenvolver ações permanentes de educação patrimonial e qualificar mão-de-obra para conservação do casario.

FIQUE POR DENTRO

■ **Início.** Em 1987 um grupo de moradores de Muqui tomou a iniciativa de buscar garantir legalmente a preservação do casario.

■ **Pedido.** Em 14 de junho de 1987 foram encaminhados ao Conselho Estadual de Cultura (CEC) um abaixo assinado e o pedido de tombamento.

■ **Retorno.** Contudo, o processo não chegou a ser concluído. Doze anos depois a proposta foi retomada, mas em nível municipal.

■ **Etapas.** O Conselho Municipal de Cultura decidiu fazer o tombamento por etapas, dadas as dificuldades de notificar todos os proprietários.

■ **Oficial.** A primeira etapa do processo de tombamento do sítio histórico de Muqui, em nível municipal, foi oficializada em 19 de agosto de 2000.

■ **Classificação.** Foram tombados 186 imóveis dos 561 identificados como passíveis de tombamento em cinco níveis diferenciados conforme o interesse arquitetônico, histórico e cultural.

■ **Estilos.** São construções erguidas ao longo das três primeiras décadas do século XX, representativas da arquitetura eclética, proto moderna ou art deco, kitsch e moderna, marcas de um período de pujança econômica, sustentada pela atividade cafeeira.

■ **Sem conclusão.** O levantamento na zona rural não chegou a ser feito e, cinco anos depois, apenas a primeira etapa do processo de tombamento foi concluída.

Oportunidade de trabalho

TURISMO. Daniela Lília de Castro e Cândido, 27, é artesã e condutora de turismo em Muqui. Ela, que faz trabalhos manuais desde menina, aproveitou uma oficina de máscaras, há cinco anos, para se capacitar na produção de artesanato cultural. Hoje produz peças que referenciam as Folias de Reis e os Bois Pintadinhos, principais manifestações folclóricas do município. Paralelamente também frequentou um curso de condutores de turismo. “Eu estava sem perspectivas. Em Muqui não há muita opção de trabalho. Com o tombamento e a divulgação da cidade, surgiram mais oportunidades de comercialização do artesanato e também para a minha atividade como condutora”, diz. Daniela observa que o fluxo de visitação ao longo do ano ainda é incipiente, mas avalia que a cidade ainda está descobrindo sua vocação para o turismo.

Aposta no município

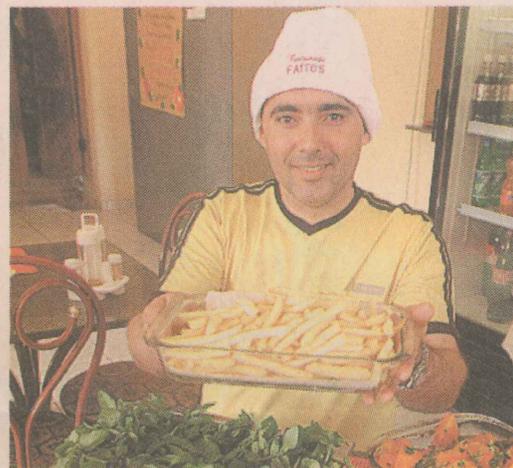
RESTAURANTE. O paulistano Antônio José Silva, 37, mudou-se para Muqui há quase seis anos, com a mulher e um filho. Ele tinha parentes na cidade. Comprou um prédio antigo no centro e decidiu montar um restaurante. Antes trabalhava no ramo de metalurgia. Atualmente está restaurando a fachada da construção com orientação de um técnico especialista em patrimônio histórico. Ele diz que no começo chegou a pensar em desistir e voltar para São Paulo. Para o comerciante o saldo do tombamento é positivo, mas em termos de infra-estrutura ainda há muito por fazer: “A estrada que liga Cachoeira a Muqui está um horror, há muito tempo. Isso afasta os visitantes”. Apesar da crítica, ele se diz otimista quanto ao futuro. Tanto que continua investindo no estabelecimento e planeja ampliar o restaurante em breve.

Negócio em família

AGROINDÚSTRIA. Liége Mariano Berilli, 55, fazia massas e vendia para vizinhos e amigos. Há dois anos legalizou a agroindústria e hoje comercializa a produção na cidade e municípios próximos. Ela administra o negócio com a ajuda do marido e dos filhos. “Todo mundo põe a mão na massa”, brinca. Além da agroindústria, a família também abriu uma cantina que funciona no quintal da casa. “No primeiro ano eu consegui triplicar a produção de massas. Para nós o tombamento foi essencial, porque as pessoas que vêm visitar a cidade nos procuram e ajudam a divulgar nossos produtos. Mas Muqui precisa continuar investindo, principalmente em divulgação. O tombamento criou e ainda pode criar boas oportunidades de negócio e trabalho”.

Momento crítico

AVALIAÇÃO. Sheila Vieira Machado é coordenadora da Associação de Artesãos e Agroindústrias de Muqui (Agroarte) e também gestora do programa de hospedagem Cama e Café. Ela faz uma avaliação positiva dos cinco anos de tombamento, mas ressalta que o município vive um momento crítico. “Houve uma euforia inicial, mas com o passar do tempo as pessoas meio que desanimaram. É até compreensível, pois o retorno acontece mesmo a médio e longo prazos. As agroindústrias foram as que mais se beneficiaram com a movimentação em torno do tombamento”. Para Sheila é preciso mobilizar novamente os moradores. “Continuo otimista e acho que o turismo é o caminho, mas depende muito da própria comunidade e também do Poder Público para fazerem acontecer”.



ANÁLISE
Beatriz Abaurre

Processo deve ter ajuda da sociedade

A alternativa para Muqui é o tombamento estadual. Essa proposta foi definida como prioritária pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) em sua última reunião. Entretanto, há quase três anos o CEC está inativo. Não se sabe por que não houve convocação do Conselho na atual gestão da Secretaria Estadual de Cultura, já que oficialmente o órgão continua a existir. Com isso o processo de Muqui ainda não teve desdobramento. A intenção era pedir o tombamento também pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pois Muqui é um dos mais importantes sítios históricos do Estado, dado o número de imóveis que ainda se conservam intocados. Muqui poderia captar recursos através do Ministério da Cultura e garantir a sustentabilidade do seu patrimônio. O caminho para retomar o processo está a mobilização da sociedade. Como primeiro passo, o tombamento municipal é importante porque demonstra o interesse da comunidade, mas não é suficiente.

Beatriz Abaurre. Ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura